

01 SET 2004

TRIBUNA DO BRASIL

Mesa definirá normas de Comissão

Senado Federal

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), informou, ontem, que a Mesa Diretora do Congresso Nacional deve se reunir no dia 14 de setembro para definir resolução sobre as normas de funcionamento da comissão técnica responsável pela análise da proposta orçamentária de 2005, enviada, ontem, pelo governo ao Congresso Nacional. "Nós não conseguimos resolver na comissão e, portanto, a atribuição agora é do presidente José Sarney (presidente do Congresso Nacional)", disse o deputado. Segundo Paulo Bernardo, a resolução deve ser estabelecida nos mesmos termos da anterior, que vigorou até agora.

Desde ontem, a comissão está sem regras próprias para trabalhar, porque perdeu validade a

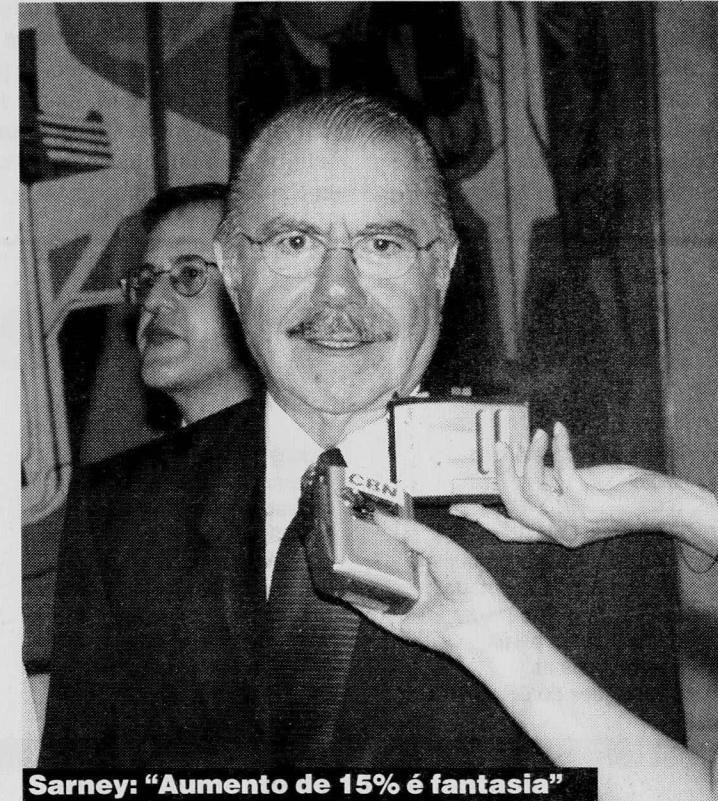
resolução do Congresso que regia seu funcionamento desde 1991. "É inadmissível que a comissão fique sem regras. Se o presidente do Congresso baixar resolução, nós vamos acatar e trabalhar com ela", afirmou Paulo Bernardo. O deputado acompanhou ontem o ministro do planejamento, Guido Mantega, na solenidade de entrega da proposta orçamentária de 2005 ao presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP).

Ao final do encontro, Sarney aproveitou para dizer que o suposto aumento de 15% que seria concedido aos parlamentares devido a reajuste no salário dos servidores, reivindicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis), é uma "fantasia incompreensível" de ser divulgada. Sarney explicou que os subsídios de deputados e senadores são fixados em

cada legislatura e que não há como o aumento dos servidores, caso seja concedido, ser estendido a parlamentares. "Não há nenhuma possibilidade legal ou de vontade", enfatizou o senador.

Sobre a proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitiria sua reeleição à presidência do Senado, Sarney disse que o assunto está "superado". Por outro lado, Sarney considerou "facciosa" a tese de que haveria rejeição a sua reeleição. "Grande parte da bancada sempre me considerou muito".

A PEC da Reeleição foi rejeitada durante votação no plenário da Câmara dos Deputados. Caso seja reapresentada, precisará passar novamente pelo crivo dos deputados. O mandato dos presidentes da Câmara e do Senado é de dois anos e não é permitida a reeleição durante a mesma legislatura.



Sarney: "Aumento de 15% é fantasia"